



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/04/2017

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CORREIÇÕES.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. DESEMBARGADOR.....	3 - 9
1.4. ESMAM.....	10
1.5. JUÍZES.....	11 - 15
1.6. OBRAS / REFORMAS.....	16 - 17
1.7. VARA CRIMINAL.....	18 - 19
1.8. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	20 - 22
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	23
2.2. CORREIÇÕES.....	24
2.3. DECISÕES.....	25 - 27
2.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	28
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. ESMAM.....	29 - 30
3.2. JUÍZES.....	31 - 32
3.3. VARA CRIMINAL.....	33
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CNJ.....	34
4.2. COMARCAS.....	35
4.3. DECISÕES.....	36 - 38
4.4. PRESIDÊNCIA.....	39
4.5. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	40 - 42

Correição

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) executou trabalhos de correição na 8ª Vara Criminal da Capital, da juíza Oriana Gomes. É lá que tramita o processo do Caso Sefaz.

Os trabalhos correicionais foram presididos pelo juiz auxiliar da CGJ, José Américo Abreu Costa. Segundo o magistrado, foram correicionados 100 dos processos mais antigos.

- Os atos de tramitação dos processos até o momento, as rotinas que devem ser seguidas e a regularidade dos processos são verificados durante a correição - informou o juiz corregedor.

Justiça nega pedido de habeas corpus a Lucas Leite Porto

Defesa do acusado pela morte de publicitária alegava ser ele primário e de bons antecedentes

O desembargador Antônio Guerreiro Júnior denegou, na sexta-feira, 31, o pedido de habeas corpus que beneficiava o assassino confesso Lucas Leite Ribeiro Porto, de 37 anos. Porto é acusado de ter assassinado a cunhada, a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, no dia 13 de novembro do ano passado, por asfixia ocasionada por sufocação. O crime teria sido motivado por uma paixão incontida pela parte do acusado, que está preso desde o dia 14 de novembro de 2016, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Decreto de prisão preencheu os requisitos legais

Para o magistrado, o pedido de habeas corpus não pôde ser apreciado pelo Tribunal de Justiça porque o mérito não foi analisado pelo julgador de primeiro grau, Clésio Coelho Cunha, que é titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. No entanto, é possível o deferimento desse tipo de solicitação jurídica quando apenas constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, o que não ocorreu na espécie.

Antônio Guerreiro Júnior afirmou ainda na sua decisão que o decreto de prisão preventiva preencheu os requisitos legais por meio de fundamentação idônea e não violou a garantia da presunção de inocência. A decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva utilizou a fundamentação idônea para demonstrar a periculosidade do paciente e a gravidade concreta do delito e, conseqüentemente, a necessidade de garantia da ordem pública e a conveniência da instrução processual.

O pedido

Os advogados de defesa de Porto, Paulo Quezado, João Marcelo Lima e Diego Miranda, impetraram, no último dia 30, o pedido de habeas corpus em favor do acusado no Tribunal de Justiça do Maranhão.

A defesa alegou no pedido que Porto foi denunciado pelo Ministério Público Estadual pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 212 e 213 do Código Penal (CP), mas é primário e de bons antecedentes, com profissão definida e residência fixa nesta cidade, pois, no término da oitiva de todas as testemunhas arroladas, a custódia cautelar do paciente não deveria prosperar.●

Íntegra em oestadoma.com/425899

Torrão maranhense

Em 2016 completou cem anos da publicação de um dos livros mais importantes para o estudo do Maranhão.

Trata-se de O Torrão Maranhense, do notável escritor Raimundo Lopes, nascido em Viana.

Pela importância do livro, que segundo o desembargador Lourival Serejo é um marco bibliográfico da geografia maranhense, a Academia Maranhense de Letras mandou reeditá-lo pela Lei de Incentivo à Cultura.

Cerimônia de prestígio marcou recondução de *Eduardo Moreira*

● PÁG.4 e 5



Eduardo Moreira entre Raimundo Barros e Cleones Cunha

EDUARDO MOREIRA

tomou posse em solenidade muito prestigiada no TRE

Raras vezes um membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão teve uma posse tão prestigiada como Eduardo José Leal Moreira que exerce esse cargo pela segunda vez. Antes, já havia exercido o cargo de juiz substituto.

Desembargadores do Tribunal de Justiça, juízes, deputados federais e estaduais, procuradores, vice-prefeito de São Luís, autoridades civis e militares, familiares, imprensa e membros da Corte prestigiaram a sessão solene ocorrida no plenário Emani Santos, na tarde da última segunda-feira, 27 de março.

“Em nome dos demais membros, saúdo o empossado, cidadão de reconhecida cultura geral, educado, de

fino trato e gosto. O agora novamente juiz eleitoral, Eduardo Moreira, que tem as mesmas raízes jurídicas que eu, pois ambos tivemos como professor um dos mais notáveis advogados maranhenses: seu pai, Kleber Moreira, decano da advocacia aqui presente”, discursou o desembargador Ricardo Duailibe, vice-presidente e corregedor do TRE-MA.

Sem esconder a emoção, Eduardo Moreira reconheceu a importância inegável que aquela cerimônia tinha para ele. “Porque se trata de recondução, me impunha fazer um discurso mais discreto, tanto que não fiz nada escrito, visto que sou mais afeto à escrita que a fala. São três palavras que têm a ver com este momento para mim. A primeira é a

alegria de estar de volta a esta Casa, onde fui muito feliz. A segunda é de agradecimento a todos os presentes e por último compromisso, porque é um compromisso uma vez mais, pela terceira vez, com a probidade do cargo, com a serenidade do trato neste cargo, sobretudo com a responsabilidade de ser um magistrado eleitoral, ainda que não seja vitalício”, destacou.

Por sua vez, o presidente do Tribunal, desembargador Raimundo Barros, desejou boas-vindas ao empossando e enalteceu suas qualidades como homem público.



Desembargadora Anildes Cruz e Eduardo Moreira



Eduardo Moreira com os desembargadores Raimundo Barros (presidente do TRE-MA) e Cleones Cunha (presidente do TJ-MA)



Deputado Josimar de Maranhãozinho



Deputado Julião Amin Castro



Benedito Ubaldo Silva, Kleber Moreira e Deputado Vitor Mendes



João José Lopes e Iza Lúcia



Deputado Juscelino Filho e Fernando Fialho



Eduardo Moreira e Jorginho Maluf



Eduardo Moreira entre o Dep. Edilázio Jr. e Ronald Sarney



Deputado Aluizio Mendes



Kleber Moreira e Marco Antonio Teixeira



Eduardo Moreira com o pai Kleber Moreira entre os advogados Leandro Caldas, Leonardo França, Tarcísio Araújo, Bruno Dualibe e Gabriel Costa



Eduardo Moreira entre Tiago Oliveira (Proc. Regional Eleitoral), Juiz Sebastião Bonfim, Des. Raimundo Barros, Desª Anídes Cruz, Des. Cleones Cunha, Des. Ricardo Dualibe, presidente da OAB-MA, Tiago Díaz, Suely Feltosa e o vice-prefeito de São Luís, Julio Pinheiro

Foto: Divulgação/Renamor Pinheiro



Silvia Aguiar



Eduardo Moreira e a esposa Renatha



Des. Jorge Rachid Maluf e José Eulálio Figueiredo



Marcos Braid (proc. Geral de São Luís)



Eduardo Moreira e o deputado José Adriano Sarney



Carlos Sergio Carvalho Barros e Eduardo Moreira



Capitão dos Portos, cmte André Trindade



Patricia Fernandes, Rosana Chaves, Eduardo Moreira e Karla Brandão



Ronald Sarney, Deputado Vitor Mendes e des. Tayrone Silva



Viviane Lima e Clodomir Reis (Juiz Federal)

PALESTRA “AJUSTE FISCAL”

Divulgação



No próximo dia 7, o economista e professor Antonio Augusto Ribeiro Brandão vai fazer palestra sobre “Ajuste fiscal”, na Escola de Magistratura, a convite do desembargador Paulo Velten, seu diretor. Na foto, em solenidade na Casa de Cultura Josué Montello, ele é visto entre as historiadoras Dilercy Adler e Clores Holanda

A GENTE CONTA

Aureliano Neto
e sua trajetória
de luta e vitória



Manoel Aureliano Neto, *juiz e membro da AML*

***“Não tinha alternativa
a não ser estudar”***

PAULA BOUERI
Da equipe de O Estado

O juiz e escritor Manoel Aureliano Neto tem a alma aventureira. Ele tenta negar, mas quer seja por se entregar a novos projetos ao longo da vida, ou pelos enredos e personagens dos livros a que se dedica com tanto afinco, ele vive aventuras. Viver, aliás, é seu único objetivo no momento. "Só quero viver, e isso é fazer o que te faz bem. No momento, para mim, é conviver com minha família e fazer as atividades que me dão prazer: ler, ouvir música e ver filmes", diz.

Manoel Aureliano Neto foi eleito imortal da Academia Maranhense de Letras (AML) em março, passando a ocupar a cadeira de número 9, que tem como patrono Gonçalves Dias, uma coletânea ocupa lugar cativo em sua mesa de cabeceira. Seu antecessor na cadeira, José Maria Ramos Martins, foi um dos responsáveis por fazer o magistrado seguir o caminho das leis.

"Primeiro, fiz o vestibular para Letras na Faculdade de Filosofia, porque meu sonho era ser professor de Literatura brasileira. Uns 30 dias depois, passei para Direito. Lembro de ir à faculdade no dia do resultado para raspar a cabeça e comprar uma boina do curso. Quando voltei para o Belira, onde morava, as pessoas ficavam olhando, saíam mesmo na janela para me ver passar", recorda. O espanto dos vizinhos tinha um motivo: era a primeira vez que um jovem da comunidade pobre entrava para a faculdade.

Estudos

Foi o primeiro também da família a entrar na faculdade. "Fui criado pelo meu avô, que era carroceiro, até os 7 anos. Depois, fui morar com minha tia Morena, que era costureira. Meu pai era carpinteiro e minha mãe, doméstica. Fui colocado para aprender o ofício de sapateiro aos 8 anos. Naquela época, filhos de famílias pobres tinham que aprender uma profissão cedo. Como eu tenho um defeito nos pés, meu pai dizia: 'Você tem de saber fazer pelo menos os seus sapatos!'", conta.

Manoel Aureliano não tinha habilidade alguma manual para o ofício. "Com 10 anos, fui aprender a ser linotipista, que era uma função melhor", conta. Trabalhou como aprendiz primeiro no Diário da Manhã e depois no Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (Sioge). Com 13, já era pré-operário e aos 15 substituiu um amigo em O Imparcial. "Aos 16 anos, tra-



Manoel Aureliano Neto é casado há quase 40 anos com Jacirema Coelho Ferreira, com quem tem Aureliano, Bernadete e Thiago Coelho Ferreira. É bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Civil e Direito Constitucional.

Foi professor nas universidades Federal (UFMA) e Estadual do Maranhão (Uema) e da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão e magistrado do Tribunal de Justiça do Maranhão. O magistrado já pertence aos quadros das Academias Imperatrizense de Letras e Maranhense de Letras Jurídicas.

Tem publicados os livros "A aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade nas relações de consumo" (2008), "Juizados Especiais Cíveis e o novo CPC" (2015), "Crônicas e reflexões", "Canções de uma vida" e, em coautoria, "Contos de Imperatriz".

balhava no Sioge das 22h às 5h, dormia parte da manhã e estudava à tarde. Eu achava que, para mim, o caminho era os livros. Eu não tinha outra alternativa a não ser estudar".

Iniciou as duas faculdades, mas aos poucos, com as aulas dos professores Zé Maria e Orlando Leite, decidiu-se pelo Direito. A formação foi concluída no Rio de Janeiro, pois o escritor queria viver outras aventuras fora do Maranhão. Lá, começou a advogar e montou um cursinho pré-vestibular. Também atuava em uma editora. Mas a saudade da terrinha bateu, e um convite para ser advogado em Imperatriz o trouxe de volta ao estado. Vendeu tudo e voltou.

"Em Imperatriz, reconstruí minha vida. Lá, montei uma excelente banca advocatícia, comecei a lecionar

nas faculdades e foi onde conheci minha esposa, Jacirema Coelho Ferreira", comenta. Na cidade, construiu uma reputação e virou referência.

**VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL**

oestadoma.com.br

Experiência em advocacia ajudou na função de juiz

Antes de tornar-se juiz, Manoel Aureliano aventurou-se na política. Foi candidato a vice-governador em chapa encabeçada por Ricardo Archer, em 1982. Não obteve êxito. Tentou também para deputado estadual. “Brinco que as únicas eleições que ganhei foram para presidente da seccional da Ordem dos Advogados em Imperatriz e para imortal da academia”, diz, entre risos.

Começou a estudar para concursos quando já tinha carreira reconhecida em Imperatriz. Reunia-se com alguns amigos algumas vezes da semana para repassar o conteúdo. Os amigos passaram no concurso seguinte. Manoel Aureliano ficou na prova de Direito Pe-

nal. Tempo depois, veio o convite para lecionar justamente a disciplina que lhe tirara do páreo. Ele aceitou o convite, encarando-o como um desafio.

No concurso seguinte, passou com êxito, mas aí ficou relutante em assumir. “Eu já tinha um escritório com uma banca excelente. Não tinha a intenção de ser juiz. Já até tinha passado em concursos menores, mas não havia assumido. Protelei por um tempo, mas fui chamado a tomar posse e, com as ponderações de minha esposa, decidi assumir”.

Foi enviado para Carutapera. Quase desistiu. “Na época, não havia luz lá e nem hospedagem.



Aqui em São Luís não tinha livraria. Usávamos uns cupons da revista O Cruzeiro para pedir livros”

Pensei que não ia conseguir ficar, mas minha esposa alugou uma casa e acabou dando tudo certo”, afirma. Empossado e exercendo, veio a certeza do porquê queria seguir na carreira. “Queria levar a minha experiência para a magistratura. Sabia que um processo tinha que ter início, meio e fim, e fiz isso como juiz. Decido, em geral, em banca, ali mesmo, na última audiência”, conta o juiz titular do 8º Juizado Especial Cível e de Relações de Consumo.

Manoel Aureliano Neto agora está na fase de “sossegar o facho” – como a tia Morena costumava falar, e após uns minutos de papo é fácil perceber onde está sua riqueza. Ela salta os olhos e está nas histórias de vida acumulada, na vida simples que parece levar e mais ainda no brilho no olhar de quem conheceu nas letras uma razão para viver. ●

De Jesus

Manoel
Aureliano teve
uma trajetória de
estudos, leituras
e sucesso



TJ apresenta projeto de obra do Fórum de Caxias

Serviços de recuperação estrutural do prédio devem ser iniciados neste mês; detalhes foram debatidos durante reunião comandada por Cleones Cunha

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, participou de reunião, na quinta-feira, 30 de março, com magistrados da Comarca de Caxias, para apresentar o projeto de recuperação dos problemas estruturais no prédio do Fórum Arthur Almada Lima, distante 361 km de São Luís. Após o diagnóstico técnico de equipe especializada na área de estrutura e geotecnia, as obras do projeto terão início no mês de abril.

“Mostramos o laudo técnico, que verificou a estabilidade do prédio e

deu um diagnóstico do que precisa ser feito para a recuperação estrutural. As obras vão começar imediatamente e estamos tomando todas as providências necessárias para que a rotina do fórum prossiga normalmente e seja adequada às condições para recuperação do prédio”, anunciou o desembargador.

A reunião contou com a participação da diretora de Engenharia do TJMA, Tyara Oliveira, que mostrou aos juizes a planta elaborada para execução dos serviços e falou sobre a conclusão do orçamento e crono-

grama físico-financeiro para a obra. “A solução será o travamento no sentido transversal do prédio, com a execução de vigas, bem como a recuperação dos elementos estruturais defeituosos, conforme o projeto”, explicou.

Uma equipe da Engenharia do Tribunal está na comarca, coordenando a mudança das instalações provisórias nas dependências do Salão do Júri, onde ficarão funcionando as 2ª e 5ª Varas Cíveis, enquanto as obras do pavimento térreo acontecem. “Vamos acomodar

as unidades onde ocorrerão as intervenções físicas. Na segunda etapa, serão tiradas as varas do pavimento superior para o térreo”, acrescentou a diretora de Engenharia.

Para a juíza Marcela Santana Lobo, a intervenção do TJ para uma remodelação do fórum gera uma expectativa positiva nos magistrados, servidores e jurisdicionados. “O tribunal atende a uma necessidade anteriormente reivindicada pela Comarca. A reestruturação vai permitir prestarmos um serviço melhor e com mais segurança”, enfatizou.

O juiz João José Pereira Neto destacou a preocupação do presidente do TJMA em dialogar com magistrados e servidores a respeito da situação do fórum. “Foi uma demonstração de transparência, pois o desembargador fez questão de vir à Comarca e explicar, pessoalmente, todos os procedimentos”, disse. ●

Divulgação



Cleones Cunha se reúne com engenheiros e juízes para detalhar obra



**Justiça mantém prisão do
assassino confesso Lucas Porto**

**Jurados condenam acusado de
matar homossexual em São
Luís**

“Só isso? Realmente a justiça
deste país é covarde mesmo.
Os lixos matam o rapaz e
pegam 9 anos de cadeia. Ficam
3 preso e saem pra matar de
novo com aval da justiça”

JÚLIO MORBECK LEE

Via Facebook

Mais lidas

01

**Justiça determina a
prisão em flagrante do
reitor da Uema**

oestadoma.com/425769



Justiça determina a prisão em flagrante do reitor da Universidade Estadual do Maranhão

“Estranho essa fundamentação jurídica. A UEMA ofereceu 35 vagas para o curso de Medicina de Caxias, sendo 25 para o sistema universal de vagas, 2 para portadores de deficiência e 4 para estudantes negros e indígenas. O Edital cumpriu a exigência dos 5% de reserva de vagas para portadores de deficiência”

ANTÔNIO L. BONFIM NETO
Via oestadoma.com



Associação dos Professores da Universidade Estadual do Maranhão

NOTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UEMA

A Associação dos Professores da Uema (Apruema), legítima representante da classe docente da Universidade Estadual do Maranhão, em relação ao episódio publicado na mídia local e que envolveu o nome do docente sócio desta entidade, professor Gustavo Pereira da Costa, atualmente, reitor da Uema, esclarece o seguinte:

1- O professor Gustavo Pereira da Costa é um histórico sócio da Apruema e sempre cumpriu, rigorosamente, com suas funções estatutárias, além de colaborar, como gestor maior da UEMA, em ações de apoio e crescimento desta Associação;

2- No exercício da docência superior, também sempre exerceu com zelo e dedicação a sua missão de, entre outras coisas, repassar conhecimento ao seu corpo de alunos, sendo profundo conhecedor de matérias de natureza jurídica. Isto sem falar que conhece bem os projetos e programas da instituição Uema, notadamente o Vestibular Paes. Portanto, não se tem conhecimento de algum ato, na sua gestão, que venha desabonar a sua conduta moral e ética, tanto no campo pessoal quanto profissional, como professor associado desta Associação e, sobretudo, como gestor da Uema;

3- Por isso, causou perplexidade não só ao corpo de docentes sócios da Apruema, mas também à comunidade universitária da Uema, a nota publicada, no último dia 29 de março, na imprensa local, que a juíza da Primeira Vara da Fazenda Pública solicitou a prisão do reitor da Uema pelo não cumprimento de suas funções como gestor da Universidade;

4- Assim, consideramos que o ato da juíza foi desnecessário e desproporcional, inclusive reconhecido pelo próprio Tribunal de Justiça do Maranhão, pois o professor Gustavo Pereira da Costa, na condição de reitor da Uema, sempre cumpriu na íntegra e com retidão as funções de gestor maior da Universidade. No caso em questão, cumpriu apenas o regulamento do Vestibular Paes, que diz que o candidato que tirar “zero” em qualquer disciplina será eliminado do concurso;

5- Por fim, a direção da Associação não só está solidária com o professor associado Gustavo Pereira da Costa, mas, também, à disposição para, na categoria de entidade representativa de classe, tomar qualquer medida de apoio e que assegure todos os seus direitos como associado da Apruema.

São Luís, 30 de março de 2017.

A DIRETORIA



Alunos visitam Fórum

O Fórum de Alcântara recebeu visitantes especiais na manhã de quarta-feira (29). Duas turmas de estudantes do primeiro e do segundo ano da Escola Caminho das Estrelas foram levadas até o Fórum com o objetivo de conhecer mais de perto as atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário no Município. O colégio Caminho das Estrelas é mantido pelo Centro de Lançamento de Alcântara e é de ensino fundamental, contemplando crianças de 7 a 14 anos, entre filhos de militares, servidores do centro e filhos dos alcantarenses, atendendo a aproximadamente 400 alunos.

FOTOS/DIVULGAÇÃO



CGJ correiciona a 8ª Vara Criminal

Cumprindo o cronograma de correições ordinárias nas unidades judiciais, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) executou trabalhos de correição na última quinta-feira na 8ª Vara Criminal da Capital, que tem como titular a juíza Oriana Gomes. Os trabalhos correicionais foram presididos pelo juiz auxiliar da CGJ, José Américo Abreu Costa. Segundo o magistrado, foram correicionados com análise minuciosa, nesta unidade, 100 dos processos mais antigos que tramitam na Vara. Integraram a equipe da CGJ os servidores José Filho, João Braga, Bruna Meneses, Larissa Araújo e Lília Gonçalves.

Curtiu...

Comentários dos internautas de **O IMPARCIAL**. Faça o seu!
www.oimparcial.com.br ou em nossas redes sociais:
www.facebook.com/oimparcialma - WhatsApp 99188 8267



TJ recusa pedido de habeas corpus e Lucas Porto continua preso

Rocha Silva - Olha seu delinquente, você tem que mofar na cadeia, afinal, assassinou uma jovem senhora, que inclusive era sua cunhada, com requintes de crueldade. Então, tens que arcar com sua brutalidade. Portanto, cadeia é pouco pra ti. Se no Brasil tivesse pena de morte, tu já tinha virado cinzas.

Carlos Maia Carlos Maia - Tem que apodrecer na cadeia esse "MONSTRO". Também os advogados dele, que são outros monstros, deveriam apodrecer junto com ele.

Maria Cléa de Jesus - Este ser não deve ter regalias na Penitenciária.



CASO MARIANA

Justica mantém Lucas Porto preso

VIDA

DIVULGAÇÃO

Lucas Porto vai continuar preso

Defesa do assassino da cunhada tentou libertá-lo, mas não teve o habeas corpus atendido pelo Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça negou o pedido de liminar no habeas corpus impetrado pela defesa de Lucas Leite Ribeiro Porto, autor de feminicídio e estupro, contra sua cunhada Mariana Menezes de Araujo Costa Pinto, em novembro do ano passado, no apartamento em que a vítima morava com o marido e as duas filhas, no Turu.

O pedido impetrado pelos advogados Paulo Napoleão Quezada, João Marcelo Pedroza e Diego Miranda foi negado pelo desembargador Antônio Guerreiro Júnior, que no seu despacho destacou que não houve formulação do pedido ao juízo de primeiro grau, o que, conforme o magistrado, tornou in-

viável o julgamento do pleito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de haver surressão de instância.

“O decreto de prisão preventiva encontra-se fundamentado na garantia da ordem pública e conveniência da instrução processual, revelando-se, consequentemente, legal a manutenção da prisão”, afirmou no seu despacho o desembargador Guerreiro Júnior.

Mariana foi morta no dia 13 de novembro do ano passado, por asfixia, pelo seu cunhado Lucas Porto, após terem almoçado em família. O acusado foi deixá-la em casa, na Avenida São Luis Rei de França, e depois voltou para violentá-la e matá-la.

SSP/ARQUIVO



Lucas Porto vai continuar preso



O decreto de prisão preventiva encontra-se fundamentado na garantia da ordem pública e conveniência da instrução processual, revelando-se, consequentemente, legal a manutenção da prisão

Guerreiro Júnior,
desembargador

Inscrições para exposição

O Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) receberá inscrições, de 3 a 20 de abril, para a IV Exposição Fotográfica Integração e Cidadania - “Um amor de mãe”, que será aberta no dia 8 de maio e vai até 12, como parte das comemorações pelo Dia das Mães. Informações sobre as inscrições pelo telefone (98) 3194-5831.

Juízes debatem aspectos conflitantes da Lei Maria da Penha

As "Questões controvertidas na Lei Maria da Penha" é tema de debate em mais uma capacitação realizada pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). Destinada a juízes, o curso ocorre conforme solicitação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER), cuja presidente é a desembargadora Angela Salazar, que acompanhou o segundo dia de formação.

A advogada Alice Bianchini - mestra e doutora em Direito, integrante da Comissão Nacional da Mulher Advogada, conduziu a capacitação, que trouxe temas como a violência contra a

mulher e violência de gênero; espécies de violência; características e destinatários da Lei Maria da Penha; entre outras abordagens.

A professora ressaltou que o debate é importante porque a Lei Maria da Penha completa onze anos de vigência e é considerada umas das três mais avançadas do mundo. "Embora tenhamos este avanço, nós temos muitos problemas com a violência no Brasil, que é o quinto país que mais mata mulher numa lista entre 83 países", revelou.

Outra abordagem discutida na capacitação é a dificuldade de efetivar a Lei Maria da Penha. "É dificuldade o fato de ela trazer muitos disciplinamentos da parte da prevenção, mas na parte jurídica, ser uma lei omissa. Aí, surgem as diver-

gências de como fazer a aplicação jurídica da Lei Maria da Penha", acrescentou.

Alice Bianchini disse ainda que fez um levantamento de 100 questões controvertidas da Lei em sua parte jurídica, conteúdo que serve de base para o debate que promove em cursos que ministra por todo país. "As questões surgiram de um levantamento realizado em três anos de pesquisa. Estas controvérsias, mais as demandas trazidas pelos juízes, dão um tom à capacitação. Cada um aprende com a experiência do outro", mencionou ao destacar a participação e o interesse dos magistrados inscritos no curso.

Para a juíza Larissa Tupinambá (3ª Vara de Pedreiras), o curso foi interessante por atualizar magistrados no tema em foco. "Esta formação é um divisor de águas. Há muitas questões contro-

vertidas no que diz respeito à adoção do procedimento e se a agente uniformiza o procedimento, melhora a insegurança jurídica", avaliou.

O juiz Karlos Alberto Ribeiro Mota (Comarca de Icatu) deu ênfase à didática e conhecimento da formadora. "Ela tem muito controle do tema e abordou muitos aspectos que enfrentamos no cotidiano. Não somos especialistas, mas as explicações irão contribuir significativamente para o trabalho na comarca", finalizou.

Os cursos para magistrados possuem o credenciamento na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); e exigem presença de 100% para certificação, que será registrada pelo Tutor, por meio da leitura de código de barras na entrada e saída durante o dia da aula. **(Andréa Colins - Asscom TJMA)**



Divulgação

***A Lei Maria da Penha completa onze anos de vigência
e foi tema do curso para os juízes na sede da Esmam***

Weverton Rocha: “Ação no STF é da época da perseguição contra Jackson” *P2c1*

Weverton Rocha: "Ação no STF é da época da perseguição contra Jackson"

Arquivo



Deputado federal Weverton Rocha

O deputado Weverton Rocha (PDT-MA) falou em Plenário, nessa quarta-feira (29), sobre a notícia do início de uma Ação Penal no Supremo Tribunal Federal da época em que era Secretário Estadual de Esportes. O deputado explicou que se trata de um inquérito que começou há cerca de dez anos, logo depois da cassação do governador Jackson Lago, junto a outros três inquéritos que viraram processos e já foram julgados com a absolvição dele. Weverton também

fez questão de dizer que não está sendo processado por nenhuma ação ou atitude como deputado federal. "Seguirei minha atuação parlamentar sem mudar uma vírgula no que tenho feito aqui nessa Casa, em defesa do trabalhador e do povo brasileiro", afirmou.

O líder do PDT lembrou que logo após a cassação de Jackson Lago, há cerca de dez anos, foi organizada uma equipe policial para tentar achar irregularidades de todos

os membros do governo. Quatro inquéritos foram abertos contra ele, três se transformaram em Ações Penais, nas quais ficou provado que nenhum ato ilícito foi cometido por ele. "Mas isso a grande imprensa não noticiou", disse. O quarto inquérito só agora foi transformado em Ação Penal no Supremo, para onde vão os processos dos deputados federais.

Em seu discurso, Weverton aproveitou para dizer que é contra o foro privilegiado e

recebeu com muita tranquilidade a notícia do início da Ação Penal, pois sabe que conseguirá provar que não houve enriquecimento ilícito ou favorecimento durante a licitação das obras do Ginásio Costa Rodrigues. "Confio na Justiça", disse ele, afastando os comentários de que estaria sofrendo retaliação por ter proposto que membros do Ministério Público e Judiciário também passassem a responder por abuso de autoridade. (*Assessoria*)

Comerciante acusado de matar esposa é ouvido em audiência de instrução e julgamento

Arquivo/O PROGRESSO



Clodoaldo da Silva Alves matou a esposa com um tiro na nuca em quarto de hotel

Na madrugada dessa sexta-feira (31), terminou a audiência de instrução e julgamento do comerciante Clodoaldo da Silva Alves, acusado de assassinar a própria esposa, a bancária Elizelda de Paulo Alves, fato ocorrido no dia 26 de dezembro do ano passado.

Foram ouvidas dez testemunhas de defesa e oito de acusação, por isso a audiência só terminou durante a madrugada de ontem.

O representante do Ministério Público Estadual, promotor Carlos Róstão, disse que a audiência de instrução e julgamento é importante para que tudo seja esclarecido e seja feito realmente justiça. Os advogados de defesa de Clodoaldo da Silva Alves defendem a tese de legítima defesa.

Após a audiência, tem as alegações finais, tanto da defesa quanto da acusação. Em seguida é marcado o julgamento, com a convocação do Tribunal do Júri, que é composto por pessoas da comunidade, já previamente selecionadas.

Dentre os diversos aspectos relevantes existentes durante toda a fase instrutória do processo de conhecimento, a realização da Audiência de Instrução e Julgamento - Art. 450 do Código de Processo Civil mostra-se de vital importância, a fim de que seja atingido o almejado sucesso no desfecho da lide.

A audiência de instrução e julgamento deve ser encarada com maior atenção pelas partes e, principalmente, por seus advogados e procuradores, porque é neste momento que o princípio da persuasão racional do Juiz de Direito está à tona. Tal princípio admite a livre apreciação da prova pelo magistrado, mesmo que não alegados pela parte, desde que estejam presentes nos autos.

CNJ encerra inspeção no Tribunal de Justiça do MA

A equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encerrou os trabalhos de inspeção ordinária no Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta sexta-feira (31). Juizes e assessores designados pela Corregedoria Nacional de Justiça coletaram dados do 1º e 2º Graus, judiciais e administrativos, ao longo de toda a semana, que serão analisados e integrarão um relatório que será entregue pelo corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio Noronha. O juiz substituto de 2º Grau do Tribunal de Justiça de São Paulo, Carlos Von Adamek, comunicou ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, o encerramento dos trabalhos, e agradeceu o acolhimento e a diligência de toda a equipe do Judiciário. “Essa fase é de coleta de dados e, em breve, estaremos analisando-os para elaboração do relatório que será entregue posteriormente, com as avaliações sobre os problemas encontrados e também com as boas práticas colhidas”, comentou o magistrado. Em resumo, numa visão superficial, a equipe do CNJ afirmou ter encontrado problemas pontuais no 1º Grau, confirmando alguns indicativos estatísticos previamente analisados, mas revelou ter se surpreendido positivamente com cenários em unidades judiciais e administrativas inspecionadas. Agradecendo a atenção e colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos posteriores que a equipe necessitar, o presidente Cleones Cunha disse estar ciente de que os problemas encontrados são aqueles mesmos que o Judiciário maranhense vem tentando solucionar. Entretanto, o desembargador ressalva que o olhar do CNJ, com certeza, será um auxílio na busca por soluções que sirvam para melhorar a prestação jurisdicional. “Como disse, anteriormente, o Judiciário é muito grande e sempre há falhas a corrigir, sendo o mais importante reconhecê-las e achar soluções”, completou o presidente do Judiciário, que estava acompanhado da vice-presidente do TJMA, desembargador Maria das Graças Duarte Mendes, e da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Chaves Cruz.

Miudinhas

- A Justiça maranhense determinou que o Estado do Maranhão reforme ou construa uma nova sede para o funcionamento da Delegacia de Polícia de Cajapió (Baixada). A delegacia deverá atender às condições necessárias ao trabalho policial e de salubridade em suas celas.

‘Suposto fato’

A defesa de Lucas Porto, assassino confesso da publicitária Mariana Costa, entrou com pedido de habeas corpus para liberar o empresário, que está preso em Pedrinhas.

Os advogados Paulo Quezada, João Pedroza e Diego Miranda afirmam, no pedido, que há “desproporcionalidade” entre o “suposto fato praticado” e sua segregação cautelar.

O pedido foi negado pela Justiça.

Tribunal de Justiça do Maranhão nega habeas corpus a Lucas Porto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) negou, no fim da tarde de ontem (31), o pedido de habeas corpus impetrado pelos advogados Paulo Napoleão Gonçalves Quezado, João Marcelo Lima Pedrosa e Diego Menezes, em favor do empresário Lucas Leite Ribeiro Porto, preso preventivamente desde novembro de 2016, sob a acusação de ter estuprado e assassinado sua cunhada, a publicitária Mariana Costa.

O pedido de habeas corpus teria sido anexado ao processo pela defesa do advogado, depois da primeira audiência de instrução, realizada no dia 16 de março, quando os advogados tentaram alegar que o réu confesso sofre de problemas mentais. A estratégia era tentar amenizar a pena, que pode ser de até 60 anos.

A petição foi protocolada na quinta-feira (30), sob a alegação de que, com o fim da oitiva de testemunhas, “a custódia cautelar do paciente não deve prosperar”. O pedido de habeas corpus estava no gabinete do ex-presidente do TJ-MA, o desembargador Guerreiro Júnior. No entanto, o desembargador entendeu que não houve formulação do pedido ao juízo de primeiro grau, o que teria tornado inviável o julgamento do pleito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de haver “supressão de instância”.

O CRIME

Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, foi morta no dia 13 de novembro de 2016, dentro do seu apartamento, em um condomínio na Avenida São Luís Rei de França, no Turu, por asfixia ocasionada por sufocação. O crime praticado pelo cunhado Lucas Porto, teria sido motivado por uma paixão incontida por parte do acusado. *(Luciene Vieira)*

Novela

A novela da gratuidade nos estacionamentos de shoppings em São Luís continua. Na quinta, o TJ-MA suspendeu a lei municipal que estabeleceu a gratuidade, mas a Prefeitura promete recorrer.

Presidente e corregedora do TJMA entregam prestação de contas ao TCE

No início da tarde desta sexta-feira (31), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, entregou a Prestação de Contas de 2016 do Judiciário maranhense ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado.

“Como no ano passado, faço questão de vir pessoalmente apresentar a prestação de contas do Judiciário de 2016, um ano que trabalhamos muito para conseguir manter as contas em dia e não ultrapassar nossos limites prudenciais”, declarou Cunha, acompanhado da corregedora-geral da Justiça, Desa. Anildes Cruz, da diretora-geral do TJMA, juíza Isabella Lago, dos diretores Financeiro, Amudsen Silveira, e Controle Interno, Jurema Santos, do coordenador de Finanças, Fernando Carvalho Marques, e da coordenadora de Contabilidade, Célia Silva.

A Prestação de Contas de 2016, que foi entregue em formato

eletrônico, de acordo com o novo sistema adotado pelo TCE/MA, faz referência ao primeiro ano da gestão 2016-2017. Estão inclusas as prestações de contas, além do Tribunal de Justiça do Maranhão, as da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA), Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e dos fundos Especial das Serventias de Registro Civil (FERC), Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) e Especial de Segurança do Magistrado (FUNSEG). O presidente do TCE/MA agradeceu a visita da equipe do TJMA e comentou sobre o novo sistema implantado neste ano. “Nós achávamos que teríamos problemas com esse novo sistema, mas até agora está tudo correndo bem e estamos incentivando que as prestações de contas sejam antecipadas e entregues antes do prazo final”, comentou o conselheiro Caldas. Também esteve presente, no encontro, o conselheiro Raimundo Oliveira Filho.

**Juíza presta
informações e garante
que não abusou da
autoridade ao decretar
prisão de reitor**

PÁG. 3 [C1]

“Somente depois da determinação de autuação em flagrante delito é que a Uema se manifestou nos autos, ofertando Embargo de Declaração no qual requereu a reconsideração do Juízo a respeito desta decisão”
(Luzia Madeiro Neponucena, juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital)

Juíza presta informações ao TJ e garante que não abusou da autoridade ao decretar prisão de reitor

A juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Luzia Madeiro Neponucena, prestou informações, nesta sexta-feira (31), ao desembargador Kléber Carvalho, sobre os motivos que levaram à decretação da prisão do reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), professor Dr. Gustavo Pereira da Costa, em face de descumprimento - reiterado - de decisão judicial. No documento remetido à Corte, a magistrada descreve sobre a decisão de concessão de tutela antecipada proferida em 21 de junho de 2016, e a intimação da Uema três dias depois, em 24 de junho. Em nova petição ajuizada no processo, o advogado Thiago Gonçalves requereu o cumprimento da decisão por parte da universidade e a majoração da multa diária para R\$ 5 mil reais. “Assim, fora novamente reiterada, em 13 de outubro de 2016, a decisão proferida por este Juízo, determinando a intimação pessoal do reitor, para que cumprisse a decisão que determinou à Uema: a participação do autor no certame, na condição de pessoa portadora de deficiência, conforme item

4.4.1 do edital, e, em caso de aprovação nesta condição, que efetivasse a matrícula no referido curso de Medicina Bacharelado”, informou a juíza Luzia Neponucena. Em uma outra petição, mais uma vez, segundo a magistrada, o autor requereu o cumprimento da decisão, solicitando à 1ª Vara da Fazenda Pública que determinasse multa na pessoa do agente público responsável pelo descumprimento da ordem judicial, por ato atentatório ao exercício da jurisdição e dignidade da Justiça, bem como, requerendo a comprovação nos autos do cumprimento da decisão. A magistrada finaliza o documento informando que somente determinou o meio coercitivo para a satisfação de uma obrigação de fazer determinada em junho de 2016, devido aos reiterados descumprimentos, apesar das diversas intimações e majoração da multa, que não alcançaram o resultado prático almejado. “Somente depois da determinação de autuação em flagrante delito é que a Uema se manifestou nos autos, ofertando Embargo de Declaração no qual requereu

a reconsideração do Juízo a respeito desta decisão”, descreve.

“Na oportunidade, noticiou que havia cumprido a decisão, tendo o autor realizado as provas do certame. Contudo, informou que não o matriculou no curso de Medicina Bacharelado por não ter este logrado êxito na prova, tendo, só então, colacionado os espelhos de prova do autor. Outrossim, inexistia nesta fase qualquer documento que demonstre a publicidade deste resultado para conhecimento de terceiros”, prossegue Neponucena.

A juíza finaliza afirmando que não cometeu abuso na decisão que determinou a autuação em flagrante do reitor. “Ao contrário, antes de tomar medida extrema, oportunizou ao reitor, por três vezes, informar acerca do cumprimento da decisão proferida por este Juízo, sob pena de multa e sua majoração, ou o porque de não haver cumprido. Contudo, ele manteve-se inerte, tendo se manifestado nos autos somente após a determinação de sua autuação em flagrante, medida esta proferida para assegurar o cumprimento efetivo da ordem judicial”.